



Educação: Políticas, Estrutura e Organização 10

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizador)

Educação Políticas Estruturação e Organizações 10

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 10 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 10)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-311-8

DOI 10.22533/at.ed.118190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 10” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O TRATAMENTO DE CONTEÚDOS CONCEITUAIS PROCEDIMENTAIS E ATITUDINAIS A PARTIR DO JOGO MATEMÁTICO NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Maria Pâmella Azevedo Araújo</i> <i>Mônica Augusta dos Santos Neto</i> <i>Claudiene dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903041	
CAPÍTULO 2	12
O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA O LETRAMENTO INFORMACIONAL NO ENSINO MÉDIO	
<i>Lucas Vinícius Junqueira Cavache</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903042	
CAPÍTULO 3	24
O USO DE UMA FERRAMENTA DIGITAL NO ENSINO APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA	
<i>Viviane Poersch Maldaner</i> <i>Ranaí Gonçalves Sangic</i> <i>Sonia Maria da Silva Junqueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903043	
CAPÍTULO 4	33
O USO DO APLICATIVO SCRATCHJR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Waleria Lindoso Dantas Assis</i> <i>Tyciana Vasconcelos Batalha</i> <i>Josélia de Jesus Araujo Braga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903044	
CAPÍTULO 5	41
OFICINANDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENSINAGEM: UM OLHAR PARA POSSIBILIDADES NO ENSINO DE BIOLOGIA	
<i>Francisco Bruno Silva Lobo</i> <i>Rayane de Tasso Moreira Ribeiro</i> <i>Lydia Dayanne Maia Pantoja</i> <i>Germana Costa Paixão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903045	
CAPÍTULO 6	53
OS DESAFIOS DOS DOCENTES EM MEIO A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Amanda Raquel Medeiros Domingos</i> <i>Ervânia da Silva Marinho</i> <i>Maria Nazaré dos Santos Galdino</i> <i>Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903046	

CAPÍTULO 7	65
OS DESENHOS INFANTIS NAS PESQUISAS COM CRIANÇAS	
<i>Alexandra Nascimento de Andrade</i>	
<i>Carolina Brandão Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903047	
CAPÍTULO 8	74
OS PROJETOS DE LEITURA NA PROMOÇÃO DO LETRAMENTO LITERÁRIO: LER PARA SE LIBERTAR, NÃO PARA ALIENAR	
<i>Lucilene Gonçalves de Oliveira Lourenço</i>	
<i>Noemi Campos Freitas Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903048	
CAPÍTULO 9	80
EVASÃO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE	
<i>Danielli Vacari de Brum</i>	
<i>Danielly Eponina Santos Gamenha</i>	
<i>Maria Beatriz Souza Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903049	
CAPÍTULO 10	93
PARA ALÉM DO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA	
<i>Vívia de Melo Silva</i>	
<i>Melânia Mendonça Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030410	
CAPÍTULO 11	107
PARRESÍA E CUIDADO DE SI: O DILEMA FOUCAULTIANO DAS FORMAS DA VERDADE NA FORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA	
<i>Filipe Kamargo de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030411	
CAPÍTULO 12	119
PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DO NORTE E NORDESTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
<i>Winnie Gomes da Silva</i>	
<i>Antonio Roazzi</i>	
<i>Maria Inês Gasparetto Higuchi</i>	
<i>Aparecida da Silva Xavier Barros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030412	
CAPÍTULO 13	129
PATRIMÔNIO HISTÓRICO	
<i>Victor Hugo Silva Rodrigues</i>	
<i>Érika Santos Silva</i>	
<i>Arlinda Cantero Dorsa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030413	

CAPÍTULO 14	138
PEDAGOGIA DIFERENCIAL: QUALIDADE DO AMBIENTE PEDAGÓGICO PARA ESTUDANTES COM DESORDENS ESPECÍFICAS DE APRENDIZAGEM	
<i>Roseline Nascimento de Ardiles</i>	
<i>Roseane Nascimento da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030414	
CAPÍTULO 15	153
PERCALÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA	
<i>Blanca Martín Salvago</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030415	
CAPÍTULO 16	165
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DE DUAS ESCOLAS DO ENSINO PÚBLICO DE GOIÂNIA (GO)	
<i>Hugo Marques Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030416	
CAPÍTULO 17	178
PERFIL ALIMENTAR DOS ESCOLARES DAS SÉRIES INICIAIS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
<i>Dayane de Melo Barros</i>	
<i>Danielle Feijó de Moura</i>	
<i>Tamiris Alves Rocha</i>	
<i>Priscilla Gregorio de Oliveira Sousa</i>	
<i>Maria Heloisa Moura de Oliveira</i>	
<i>Gisele Priscilla de Barros Alves Silva</i>	
<i>José André Carneiro da Silva</i>	
<i>Roberta de Albuquerque Bento da Fonte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030417	
CAPÍTULO 18	184
PERFIL DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE LEOPOLDINA	
<i>Daniela Ferreira de Souza</i>	
<i>Beatriz Gonçalves Brasileiro</i>	
<i>Edivânia Maria Gourete Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030418	
CAPÍTULO 19	195
PERFIL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO AGRESTE PERNAMBUCANO SOBRE O DESCARTE ADEQUADO/INADEQUADO DE MEDICAMENTOS	
<i>Juliana Thais da Silva Amaral</i>	
<i>Paloma Lourenço Silveira de Araújo</i>	
<i>Eduarda do Nascimento Serra Sêca</i>	
<i>Ana Paula Freitas da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030419	

CAPÍTULO 20	203
PERSPECTIVANDO O APRENDER E ENSINAR MÚSICA: EXPERIENCIANDO E REFLETINDO DESDE O SUBPROJETO PIBID-MÚSICA DA UFRJ	
<i>Celso Garcia de Araújo Ramalho</i>	
<i>Anderson Carmo de Carvalho</i>	
<i>Camila Oliveira Querino</i>	
<i>Eliete Vasconcelos Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030420	
CAPÍTULO 21	212
PESCA PREDATÓRIA: ENTRE O CONFLITO DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E OS PROCESSOS EDUCATIVOS	
<i>Gislane Damasceno Furtado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030421	
CAPÍTULO 22	223
PESQUISA E MÉTODO: CAMINHOS QUE CONTRIBUEM PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA	
<i>Adriana Vieira Lins</i>	
<i>Ciro Bezerra</i>	
<i>Daniella Meneses de Oliveira Arroxellas</i>	
<i>Claudio da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030422	
CAPÍTULO 23	232
PESQUISAS SOBRE CORPO E GÊNERO NAS REVISTAS DA ABEM	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i>	
<i>Bruno Felix da Costa Almeida</i>	
<i>Daniele Isabel Ertel</i>	
<i>Diego Luis Faleiro Herencio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030423	
CAPÍTULO 24	243
PIBID E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: A PERCEPÇÃO DOS BOLSISTAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM EVIDÊNCIA	
<i>Maria Judivanda da Cunha</i>	
<i>Bernardino Galdino de Senna Neto</i>	
<i>Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares</i>	
<i>Fábio Alexandre Araujo dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030424	
CAPÍTULO 25	246
PIBID TEATRO NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS COLETIVOS E COLABORATIVOS	
<i>Thais Santos de Souza</i>	
<i>Michele Louise Schiocchet</i>	
<i>Natália Faelize Lins de Avelar</i>	
<i>Gisele do Valle Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030425	

CAPÍTULO 26	250
PIPEX NA ZONA RURAL: AVALIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO ENSINO DE CIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DE HENRI WALLON	
<i>Rodrigo Emanuel Celestino dos Santos</i> <i>Raquel Cordeiro Nogueira Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030426	
CAPÍTULO 27	260
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA EAD: ESTUDO DE CASO DO CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DO CETAM-EAD/E-TEC NO MUNICÍPIO DE PARINTINS	
<i>Márcio Pires Fonseca</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030427	
CAPÍTULO 28	271
PLANEJAMENTO INTERDISCIPLINAR NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA NO IFRR: DIMENSÕES PRÁTICAS DE PROCESSO EM CONSTRUÇÃO	
<i>Maria Betânia Gomes Grisi</i> <i>Maria de Fátima Freire de Araújo</i> <i>Clecia Cristina da Silva Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030428	
CAPÍTULO 29	283
PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE WEBCONFERÊNCIA: ELEMENTO MEDIADOR DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
<i>Renato Luiz Vieira de Carvalho</i> <i>Williana Carla Silva Alves</i> <i>Grazianny Santiago Amorim Araújo</i> <i>Roselito Delmiro da Silva</i> <i>José de Lima Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030429	
CAPÍTULO 30	291
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: O QUE PENSAM CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Jéssyka Souza Costa</i> <i>Sonia Bessa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030430	
CAPÍTULO 31	307
POLIFONIA DO DISCURSO EM SALA DE AULA: O IMPACTO DAS AULAS ORGÂNICAS	
<i>Alexandre Robson Martines</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	320

PESCA PREDATÓRIA: ENTRE O CONFLITO DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E OS PROCESSOS EDUCATIVOS

Gislane Damasceno Furtado

Universidade Federal do Pará, Campus
Universitário do Tocantins/Cametá-Pará

RESUMO: No presente texto buscamos sistematizar e analisar alguns diálogos resultantes de audiência pública promovida pela Câmara municipal de Cametá-Pa com o objetivo de abordar uma das principais atividades econômicas da Amazônia Tocantina, a pesca artesanal, discutindo os resultados de experiências de trabalho responsáveis pela ameaça de extinção e diminuição de algumas espécies de peixes como também entender que ações têm sido promovidas com o objetivo de minimizar os efeitos das práticas dos pescadores artesanais, aproveitando-se de seus saberes e buscando propostas para diminuir seus impactos. O evento reuniu entidades governamentais, representações de pescadores artesanais locais e município vizinhos, instituições de pesquisa e acadêmicas e de toda a sociedade civil organizada. Os resultados apontam para uma culpabilização e criminalização dos pescadores artesanais responsabilizando-os pela pesca predatória e punindo-os por formas de trabalho que resultam de exigência do mercado, bem como os tornando sujeitos responsáveis por impactos que foram originados pelo capital

implantado na região através da Hidrelétrica de Tucuruí. Mostram também que os processos educativos por serem muito pontuais não são suficientes para conter a pesca predatória que desarticuladas de políticas públicas como falta de incentivos às iniciativas de produção geram poucas mudanças nas práticas desses pescadores e conseqüentemente em suas ações sobre a natureza. Diante disso, é preciso pensar esses processos educativos de forma contínua em parceria entre organizações associativas, escolas, instituições acadêmicas e de pesquisa, buscando o envolvimento de toda a sociedade em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca predatória, Experiências de trabalho, Processos educativos, Acordos de pesca.

ABSTRACT: In the present text we seek to systematize and analyze some dialogues resulting from a public hearing promoted by the Câmara Municipal de Cametá-Pa with the objective of approaching one of the main economic activities of the Tocantina Amazon, the artisanal fishing, discussing the results of work experiences responsible for threat of extinction and decrease of some species of fish as well as understanding what actions have been promoted with the aim of minimizing the effects of the practices of artisanal fishermen, taking advantage of their knowledge and

seeking proposals to reduce their impacts. The event brought together government entities, representations of local artisanal fishermen and neighboring municipalities, research and academic institutions and the whole organized civil society. The results point to a blame and criminalization of the artisanal fishermen responsible for predatory fishing and punishing them for forms of work that result from market demand, as well as making them responsible for impacts that originated from the capital implanted in the region through the Tucuruí Hydroelectric Plant. They also show that the educational processes, because they are very punctual, are not enough to contain predatory fishing, which, disarticulated by public policies and lack of incentives to the production initiatives, generate few changes in the practices of these fishermen and consequently in their actions on nature. Faced with this, it is necessary to think about these educational processes in a continuous way in partnership among associative organizations, schools, academic institutions and research, seeking the involvement of all society in general.

KEYWORDS: Predatory fishing, Work experiences, Educational processes, Fishing agreements.

1 | INTRODUÇÃO

A temática de estudo deste trabalho surgiu da iniciativa da câmara municipal de Cametá através de requerimento do vereador do partido dos Trabalhadores (PT) José Flávio que proporcionou a comunidade em geral, em especial a entidades governamentais, representações de pescadores artesanais locais e municípios vizinhos, instituições de pesquisas e acadêmicas e de toda a sociedade civil organizada discussões a cerca do tema: *“As consequências ambientais da pesca predatória na região do baixo Tocantins”*. Haja vista, a escassez de o pescado atingir toda a sociedade a preocupação com os estoques pesqueiros que tem ocorrido em ritmo acelerado a fim de suprir o consumo alimentar humano tem desencadeado uma série de discussões que refletem também nas pequenas atividades de pesca como a praticada por pescadores e pescadoras artesanais.

A audiência proporcionou a todos os participantes pensar questões sob diferentes óticas, uma vez que, a pesca predatória é também pensar responsabilidades e alternativas de vida e não somente em instrumentos de pesca ou punições como suficientes para tais problemáticas. Visto que, a pesca artesanal tem se estruturado sobre pressupostos do capital que influencia diretamente nas práticas de pescadores direcionando a exploração desenfreada e inconsequente dos recursos pesqueiros, desencadeando a pesca predatória.

Essa situação é considerada muito preocupante e vem sendo tema de inúmeros debates, isto porque influencia diretamente na organização das comunidades de pescadores responsabilizando-os por uma situação que não fora gerada somente por eles. Nesse sentido, as organizações associativas em parceria com órgãos de

fiscalização como o IBAMA promoveram processos educativos e estratégias de trabalho nas comunidades ribeirinhas que não foram suficientes para coibir a pesca predatória, mas que também tem gerado uma ressignificação nas práticas e saberes desses trabalhadores e trabalhadoras.

Partindo desses princípios os processos educativos até aqui desenvolvidos não conseguem se articular aos interesses dos trabalhadores da pesca artesanal quando se volta para as relações de trabalho, pois o que se verifica é que algumas comunidades que vivem em regime familiar tem um maior compromisso com a questão ambiental, enquanto que outros pescadores que vivem mais intensamente a dinâmica do capital como os donos de puçás continuam a desrespeitar as leis da própria natureza retirando do meio ambiente mais do que ele consegue repor.

Nessa concepção há um desprezo pelas subjetividades que são constituídas ao longo dos processos educativos, assim como pelo contexto que fazem parte, e pela história de luta e de reconhecimento que esses trabalhadores carregam consigo, porque elas se apresentam desconectadas de outros aspectos e por isso não conseguem se consolidar enquanto prática efetiva desses trabalhadores e trabalhadoras e, portanto, não os atingindo significativamente, como deveria. Conduzindo dessa forma o trabalhador a atender aos anseios do sistema de produção capitalista.

O texto compõem-se além desta introdução, de uma abordagem sobre as ações predatórias que permearam práticas na Amazônia, e no contexto atual nos voltamos para a captura do mapará e o período de defeso, e em seguida nos focamos nos processos educativos como uma responsabilidade mais ampla também desencadeado pelos acordos de pesca.

2 | PESCA PREDATÓRIA: AÇÃO HUMANA INCONSEQUENTE

Ao propor uma discussão sobre a pesca predatória, inicia-se sem dúvida, um debate sobre o meio ambiente, as condições de trabalho e de vida das populações que tem essa atividade como principal base econômica.

De acordo com Barra (2013, p. 66):

À medida que o homem foi se distanciando da natureza e passou a encará-la como uma gama de recursos naturais disponíveis a serem transformados em bens consumíveis, começaram a surgir problemas socioambientais e a ameaça da sobrevivência no nosso planeta.

A esse respeito, Veríssimo (1970) nos chama a atenção para algumas práticas que conseqüentemente representariam danos desastrosos para a fauna da região amazônica. Práticas relacionadas às exigências de mercado como foi o caso do pirarucu que ocupava o primeiro lugar na pescaria amazônica e também a questões culturais por ser também a base da alimentação do povo dessa região. Assim também ocorreu com a pesca do peixe- boi, aproveitando-se tanto de sua carne para a alimentação

quanto de sua banha usada na iluminação e na cozinha. Sobre a pesca da tartaruga este mesmo autor sustenta o argumento de que dois aspectos são determinantes na captura do animal um relacionado ao período que varia com o fenômeno da enchente e da vazante da maré que está ligado a desova e desenvolvimento da espécie, e outro, consequência do primeiro, diz respeito às estratégias e instrumentos a serem utilizados na captura.

Tal cenário provocou danos irreparáveis à região, pois muitos desses animais hoje se encontram em pequenas quantidades podendo ser vistos somente em museus ou áreas protegidas.

As situações apresentadas por Veríssimo nos alertam a repensar a atividade de pesca artesanal dentro da Amazônia Tocantina em decorrência de algumas práticas persistentes e inconsequentes associadas a outras situações que podem contribuir a curto ou em longo prazo com um triste cenário para o meio ambiente e para a vida da população.

Diante da exploração dos recursos pesqueiros Manescky (2000, p. 83) apresenta o conceito de pesca responsável associando desenvolvimento e reponsabilidade. Então, “o direito de pescar é inseparável do dever de ordenar e de conservar os recursos, para as gerações presentes e futuras” (FAO, apud. Maneschy, 1995, p. 7). Tal discussão apresentada pela autora se assemelha a falas propostas por pescadores durante audiência quanto ao cumprimento com as leis que protegem o meio ambiente sem, no entanto, discutir as condições e políticas públicas destinadas aos trabalhadores e trabalhadoras da pesca.

Neste sentido, é que nos reportamos a Manescky (2000, p. 83) quando afirma que:

[...] permanece o inconveniente de enfatizar tão somente a proteção dos recursos e do meio ambiente. [...]Esquece-se que as comunidades pesqueiras artesanais são as principais responsáveis pelo abastecimento interno com produtos pesqueiros se utilizando de tecnologias de baixo impacto ambiental e completamente desassistida pelo poder público. E ainda que a maior parte dessa população desenvolve a atividade como forma de subsistência, de conseguir alimentos.

Portanto, o cenário sobre pesca predatória na Amazônia nos provoca a pensar a temática na Amazônia Tocantina tendo como elementos desencadeadores para tal problemática a construção da hidrelétrica de Tucuruí, ao pouco ou nenhum investimento na pesca artesanal, bem como a falta de políticas públicas para as comunidades pesqueiras, incluindo o descaso com a educação, saúde, entre outras áreas que seriam estruturantes necessários para a preservação das espécies e para a melhoria de vida de pescadores e pescadoras.

2.1 A Pesca Predatória do mapará: Uma questão cultural a ser discutida

As discussões apresentadas voltam-se principalmente na ação predatória de uma das mais apreciadas espécies da região o *hypophthalmus edentatus* popularmente conhecido como mapará (figura 1) que ao ser capturado irregularmente por estar em período de desova com técnicas ou instrumentos não permitidos pelo IBAMA arrasta consigo outras espécies também proibidas.

Antes, porém, é preciso considerar que a pesca predatória é propiciada por um comércio ilegal, acompanhado de uma cultura que aprecia o mapará em tamanho miúdo (fifiti- ruído que este peixe provoca quando preparado frito por isso conhecido dessa forma), vendido tanto para a população de maneira geral quanto pela rede de bares e restaurantes. Fato este que provocou em pescadores e demais participantes de audiência um consenso quanto a proibir a comercialização deste peixe inclusive com punição a bares e restaurantes. Outro ponto destacado é o transporte fluvial que também é responsável pela poluição dos rios com descarte de lixo e óleo.

Nesse contexto Rodrigues (2012, p. 246), destaca que o capital com suas consequências negativas foram “[...] conduzindo os pescadores a ressignificarem um saber tácito quando do uso dos recursos pesqueiros enquanto regra de preservação para uma esfera da legalidade [...]”, ou seja, isto contraria, por exemplo, a pesca de subsistência praticada especialmente em regime familiar. Então volta-se à discussão de que a preservação da espécie de peixes e do meio ambiente torna-se mais importante do que a própria preservação da vida das comunidades pesqueiras, ainda que a primeira lhes seja indispensável.

Diante de tal constatação é possível afirmar que essa “rede de ilegalidade” contribui cada vez mais com a diminuição desse peixe e de outras espécies que ficam presas aos instrumentos de trabalho que são utilizados, pois retira do meio ambiente de forma desordenada mais do que ele consegue repor, mesmo porque tal espécie se tornou escassa desde a construção das eclusas de Tucuruí que o aprisionam. À população da Amazônia Tocantina restou buscar alternativas que garantam a sobrevivência da espécie e das comunidades ribeirinhas através dos acordos de pesca.



Figura 1- Mapará, espécie muito apreciada em tamanho miúdo.

Fonte: Internet

Os trabalhadores da pesca artesanal consideram a fiscalização pelos órgãos do governo como fundamental para a sobrevivência das espécies, entretanto, levar em consideração os modos de vida das populações ribeirinhas é também importante já que vivem em sua grande maioria excluída de políticas públicas e quando a conseguem como no caso do seguro defeso esperam meses para recebê-lo o que causa endividamento de muitas famílias, isso quando não há a suspensão do benefício estendendo o tempo de espera.

É consenso ainda que haja necessidade de uma fiscalização orientadora e não somente punitiva, pois em muitas ocasiões inclusive para a alimentação, as famílias de pescadores se arriscam ao pescar em desacordo com a lei, o que leva a apreensão de seus instrumentos de trabalho, únicos bens que na maioria das vezes possuem.

As discussões nos encaminham a outro ponto, pois não há como punir de maneira igual os pescadores que tem como base alimentar a pesca e aqueles grupos de trabalhadores que pescam em escala maior para a comercialização, que se utiliza de materiais que dizimam os peixes, como rede de arrastão, rede, espinhéis.

Ficou claro que é preciso pensar a pesca predatório dentro de um contexto que não seja somente punitivo, mas de incentivo e de formação para o trabalho e para a cidadania, pensar sobre a sobrevivência das famílias durante o período de defeso quando as chuvas estão mais frequentes e intensas e boa parte da alimentação fica escassa, como é o caso do açaí Outro alimento importante na economia da Amazônia Tocantina e na base alimentar da região.

Entendemos que é preciso maiores orientações a respeito dos instrumentos que são utilizados no período de defeso, pois o que vimos são contradições sobre o que realmente as redes, por exemplo, acabam aprisionando. Pois, compreendemos que não há consenso entre os pescadores sobre as consequências do uso do puçá o que nos leva a entender de que faltam processos educativos que de acordo com os pescadores são extremamente importantes.

Questões foram recorrentes quanto ao papel do Estado ao elaborar leis que se por um lado garantem a preservação das espécies, mas por outro não oferece as mínimas condições de sobrevivência das comunidades ribeirinhas aquelas que se dedicam a atividade de pesca.

Por fim, fator importante é apresentar uma política de conscientização da população evitando a compra de peixes com tamanho inferior ao considerado e aceito pela lei e das espécies ameaçadas, isto requer muita fiscalização atrelada ao respeito pela questão cultural e de identidade dessas comunidades.

2.2 O período de defeso é responsabilidade de todos

Um dos pontos mais sensíveis nas discussões sobre a pesca predatória está focalizado no período de defeso que é um tempo estabelecido em decorrência da reprodução de determinadas espécies com o objetivo de preservá-la (figura 2). Nesse

período os pescadores artesanais recebem do governo, proventos em dinheiro durante a época em que não podem obter renda da pesca por impedimento legal.



Figura 2- cartaz com orientações de espécies em período de reprodução.

Fonte: Internet

O seguro não é suficiente para manter as famílias de pescadores e nem suprir todas suas necessidades o que provoca um “desrespeito” a reprodução de algumas espécies. Nesse sentido, argumentos que enfatizam a punição a pescadores artesanais sem a devida sensibilidade com as condições de subsistência precisam ser repensados.

É possível notar uma preocupação dos pescadores em relação a ações que ameaçam a vida das espécies, como também a vida das comunidades, pois se espera respostas condizentes com a institucionalização de uma prática através do período de defeso.

Outros questionamentos foram levantados e precisam ampliar a discussão. Entre os quais estão: até que ponto a pesca artesanal pode ser tão devastadora para o meio ambiente se a grande maioria dos trabalhadores vive em regime familiar pescam em sua grande maioria para subsistência? Não seria exagero culpabilizar os pescadores por um problema que está associado a outros aspectos? Como pode o estado cobrar dos pescadores se pessoas que o representam compactuam com a pesca predatória?

Todas as colocações levantadas pelos participantes da audiência especialmente pelos pescadores nos mostram um desempenho argumentativo quando da imposição feita pelo estado através do período de defeso.

3 | PESCA PREDATÓRIA: NEGOCIANDO RESPONSABILIDADES

Muitas são as propostas apresentadas para o combate a pesca predatória entre as quais elencamos de acordo com os debates durante a audiência: maior fiscalização com efetiva punição, processos educativos por parte de diferentes instituições, incentivo as atividades associadas à pesca.

3.1 Por um processo educativo amplo

O processo educativo que vem se consolidando via educação não formal em espaços coletivos cotidianos como as comunidades de pescadores no compartilhamento de experiências de trabalho resultam de “[...] escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado”. Então, as experiências de trabalho decorrem de problemas que afetam diretamente as condições de vida de pescadores e pescadoras, tornando essas comunidades, enquanto extensão das organizações associativas espaços educativos que enfatizam as trajetórias de vida desses sujeitos.

Ainda que os pescadores tenham se constituído sujeitos de uma práxis política voltada para a manutenção da vida em decorrência dos efeitos causados pela hidrelétrica de Tucuruí (RODRIGUES, 2012), não podemos negar o importante papel que a escola pode desenvolver em meio a essas comunidades como provocadora de debates frente aos problemas relacionados à preservação ambiental. Esta instituição não pode estar ausente a discussões tão importantes quando se pensa sobre a pesca e o meio ambiente especialmente aos estudantes de áreas ribeirinhas, seja por conviverem desde cedo com o trabalho na atividade de pesca, seja pela relação natural que mantem com as águas.

Assim como, a articulação de saberes científicos desenvolvidos pelas universidades e institutos superiores de educação através de pesquisas aos saberes populares produzidos nessas comunidades. À Universidades cabe a responsabilidade em pensar sobre os problemas sociais da Amazônia e contribuir com nossas reflexões pautadas pelo diálogo com o outro.

A intencionalidade sob a discussão e propostas de intervenção na pesca predatória como participação, troca de experiências e de saberes gerado por essa audiência pública enquanto processo educativo também traz as vozes que são silenciadas (de homens, mulheres, meninos e meninas que trabalham na pesca) bem como os possibilita a se tornarem cidadãos, pois os educa de acordo com seus interesses e necessidades. Os pescadores que ali estavam diante de pesquisadores, autoridades do legislativo, judiciário, executivo, e demais instituições, mantiveram-se firmes em suas propostas mostrando que o problema da pesca predatória é responsabilidade de todos, então, o processo educativo precisa ser muito mais amplo e significativo do ponto de vista da conscientização desencadeando uma aprendizagem significativa e

não somente punitiva.

3.2 Os acordos de pesca: Alternativa de sobrevivência

Os acordos de pesca surgiram em decorrência dos impactos ambientais causados pela construção da hidrelétrica de Tucuruí que modificou a vida de muitos pescadores, pela diminuição dos estoques pesqueiros obrigando muitas famílias a mudarem para as cidades e conseqüentemente o aumento da pobreza e da exclusão social, responsabilizando-os pelas suas condições de existência (RODRIGUES, 2012). Esses impactos são uma constante que estabeleceram para os pescadores e pescadoras artesanais uma responsabilização quando se volta para o discurso da preservação ambiental por meio dos acordos de pesca.

Inicialmente esses acordos desenvolvidos em Cametá pela colônia Z-16 em parceria com o IBAMA através de ações de orientação como: não pescar no período de defeso, não utilizar apetrechos de pesca como o puçá, bem como autonomia para as comunidades estenderem algumas normas e procedimentos para a preservação. Sob a perspectiva dos pescadores, os acordos trazem benefícios para a população em geral, mas infelizmente a falta de apoio de autoridades inclusive da própria secretaria de meio ambiente, não está alinhado aos desafios enfrentados pelas comunidades que aderiram a essa experiência: invasão das áreas preservadas, principalmente no período noturno ou mesmo ameaças à vida.

A abertura da pesca (figura 3) como consequência dos acordos tem sido um momento positivo pela quantidade produzida, mas também tem provocado grandes desafios para essas comunidades, pois muitas pessoas que não contribuíram para a preservação acabam buscando se beneficiar deste momento como se fosse um fenômeno natural quando na verdade foi uma mudança na prática e saberes dessas comunidades. Em decorrência dessas situações conturbadas que acontecem em tal ocasião algumas comunidades tem inclusive adiado a abertura da pesca que tem como data oficial o dia 01 de março.



Figura 3 - Abertura da pesca com destaque para a captura do mapará

Fonte: Internet

Quanto a essas práticas e saberes dos pescadores como efetivação dos acordos de pesca, Rodrigues (2012) apresenta o não corte dos aturiás (arbusto espinhoso que cresce a beira dos igarapés) e a intocabilidade da bacia do poço como exemplos importantes na reprodução das espécies de peixe.

Portanto, o que os pescadores exigem é o reconhecimento dos acordos de pesca como alternativa viável tanto para a preservação das espécies de peixes quanto para a melhoria de vida de suas comunidades, mas para isso políticas mais efetivas precisam ser implementadas, entre as quais estão: o crédito para atividades pesqueiras como a construção de tanques e poços, o manejo de açazais, a criação de galinhas, etc. sem, entretanto, dificultarem nem o acesso nem o pagamento através de juros exorbitantes associada à orientação técnica e jurídica.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As várias discussões traçadas durante audiência pública indicam que os pescadores e pescadoras artesanais, os que trabalham em regime familiar são os que mais sofrem punições em decorrência da apreensão do único e maior bem que possuem que é o seu instrumento de pesca. A falta de alternativas que possam lhes garantir não somente a sobrevivência, mas o direito de uma vida digna e com qualidade provoca em muitos casos uma ilegalidade que poderia ser combatida com práticas educativas desenvolvidas por escolas (inserindo em seu currículo discussões a respeito de tais problemáticas), organizações associativas, secretarias de Estado e demais organizações sociais articuladas, levando a compreensão de que a pesca predatória não é um problema somente dos pescadores e pescadoras, mas de toda a sociedade que se beneficia da atividade de pesca e que em decorrência de falta de estrutura das cidades acabam por poluir as águas e florestas. Portanto, as normas são apenas medidas autoritárias do estado que servem muito mais para punir mostrando suas fragilidades, o despreparo e desrespeito para lidar com os trabalhadores e trabalhadoras da pesca tão carentes de políticas públicas.

É preciso pensar também sobre o que tem sido positivo entre as alternativas econômicas encontradas por esses pescadores enquanto resistência, aqui voltamos a enfatizar os acordos de pesca, os poços e tanques para criação de peixes, atividades comerciais a fim de serem fomentadas tanto em termos de financiamento quanto de orientações técnicas e jurídicas que correspondam às demandas do capital, mas que permitam a esses trabalhadores uma relação harmônica com o meio ambiente que é de onde retiram o produto de seu trabalho.

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, dirigidas às gerações mais jovens e adultas, para expandir as bases de uma opinião pública bem informada e formada a fim de propiciar uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades, inspirada no sentido de responsabilidade quanto à proteção e

melhoria do meio em toda sua dimensão humana.

Mesmo que a pesca predatória seja reconhecidamente responsável pelo desaparecimento de diversas espécies nas comunidades pesqueiras, outras situações precisam estar articuladas a pesca responsável como: o incentivo e orientação (técnica e jurídica) a outras atividades associadas à pesca e a manutenção das famílias principalmente em períodos de desova de determinadas espécies.

REFERÊNCIAS

BARRA, José Domingos Fernandes. **A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?** Belém, 2013. 115 p. Tese (mestrado em educação). Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010. (coleções questões da nossa época; v.1)

MANESCKY, Maria Cristina. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. Proposta nº 84/85 Março/Agosto de 2000.

VERÍSSIMO, José. **A Pesca na Amazônia.** Belém: Universidade Federal do Pará, 1970b. (coleção Amazônica, série José Veríssimo).

RODRIGUES, Doriedson. **Saberes sociais e luta de classe: um estudo a partir da Colônia de pescadores artesanais Z-16- Cametá/Pará.** Tese (doutorado em educação)- UFPA, 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-311-8

